

“O governo precisa entender e respeitar a nossa preocupação com o nosso território”: o processo de elaboração do protocolo de consulta dos povos indígenas do Oiapoque¹

Rita Becker Lewkowitz

(Instituto de Pesquisa e Formação Indígena – Iepé)

Introdução

A elaboração de protocolos próprios de consulta tem sido uma iniciativa de povos indígenas e comunidades tradicionais para explicitar as regras e procedimentos específicos para a realização de uma consulta adequada frente a decisões administrativas e legislativas que possam lhes afetar. Esses documentos contribuem na garantia do direito à consulta prévia, conforme previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada no Brasil pelo Decreto 5051/2004, e na garantia do reconhecimento às suas formas próprias de se organizar e viver no território, previstos na Constituição de 1988 (ROJAS GARZÓN, 2016).

Neste trabalho, apresentarei o processo de elaboração do Protocolo de consulta dos Povos Indígenas do Oiapoque, o qual acompanhei como assessora indigenista do Instituto de Pesquisa e Formação Indígena – Iepé, organização não governamental que atua há mais de 15 anos na região do Amapá, assessorando os povos e organizações indígenas na realização de ações relacionadas à educação e valorização dos conhecimentos indígenas, ao fortalecimento da organização política e das formas de gestão comunitária e coletiva e à gestão socioambiental das Terras Indígenas, para que os direitos destas populações enquanto povos diferenciados sejam respeitados.

A elaboração do Protocolo de Consulta foi realizada através de uma primeira reunião geral, cinco oficinas regionais e uma discussão em assembleia, entre dezembro de 2017 e fevereiro de 2019, contando com a participação de em torno de 300 indígenas dos quatro povos. As oficinas foram coordenadas pelo Conselho dos Caciques dos Povos Indígenas do Oiapoque (CCPIO), realizadas em parceria com o Iepé e a Rede de Cooperação da Amazônia (RCA) e acompanhadas pela FUNAI e MPF. As oficinas foram facilitadas pela advogada Erika Yamada e além da sistematização das formas de organização coletiva e dos conhecimentos indígenas, as oficinas foram espaços de formação em direitos e políticas indigenistas. Por fim, foi montada

¹ Trabalho apresentado no VI Enadir, GT04: Consulta prévia, livre e informada e protocolos próprios de consulta: experiências de autonomia política e diálogo intercultural no Brasil

uma comissão indígena de redação e tradução do documento final, aprovado em assembleia. Os registros e materiais produzidos nessas reuniões foram usados para a escrita deste trabalho, permitindo assim tecer algumas problematizações a respeito da especificidade do Oiapoque na elaboração do documento.

De modo geral, pode-se destacar que a elaboração do protocolo suscitou importantes discussões a respeito dos processos internos de tomada de decisão, das formas de relação com o governo e da gestão socioambiental das Terras Indígenas. O contexto do Oiapoque, com quatro povos indígenas vivendo em três Terras Indígenas demarcadas, subdivididas em cinco regiões, foi tanto o desafio quanto a riqueza do processo de elaboração do documento, em que as regras sobre as formas de organização e decisão coletiva foram pautadas e atualizadas.

Povos Indígenas do Oiapoque

Este trabalho foi realizado junto aos quatro povos indígenas no Oiapoque, Karipuna, Palikur, Galibi Marworno e Galibi Kali'na, que compartilham um complexo territorial formado por três Terras Indígenas demarcadas e homologadas (TI Uaçá, TI Galibi e TI Juminã), totalizando em 518.454 hectares. Os Palikur são falantes da língua parikwaki (família linguística Aruak), os Galibi Marworno e Karipuna são falantes da língua kheoul, e os Galibi Kali'na são falantes da língua kali'na (família linguística Karib). A língua portuguesa também é bastante presente entre os povos indígenas no Oiapoque (GALLOIS;GRUPIONI, 2003).

A população indígena (em torno de 7mil pessoas) vive em 55 aldeias, distribuídas em 5 regiões: às margens dos quatro rios (Rio Oiapoque, Rio Uaçá, Rio Urukawá e Rio Curipi) e da BR156. Além disso, as Terras Indígenas do Oiapoque estão localizadas na fronteira com o que hoje se reconhece como Guiana Francesa e existem muitos indígenas que vivem no “lado francês” do Rio Oiapoque, especialmente os povos Palikur e Galibi Kali'na. Ainda que o controle migratório seja bastante rígido nesta fronteira terrestre do Brasil com a União Europeia, a rede de relações entre os indígenas dos dois lados é bastante estreita e fluida.

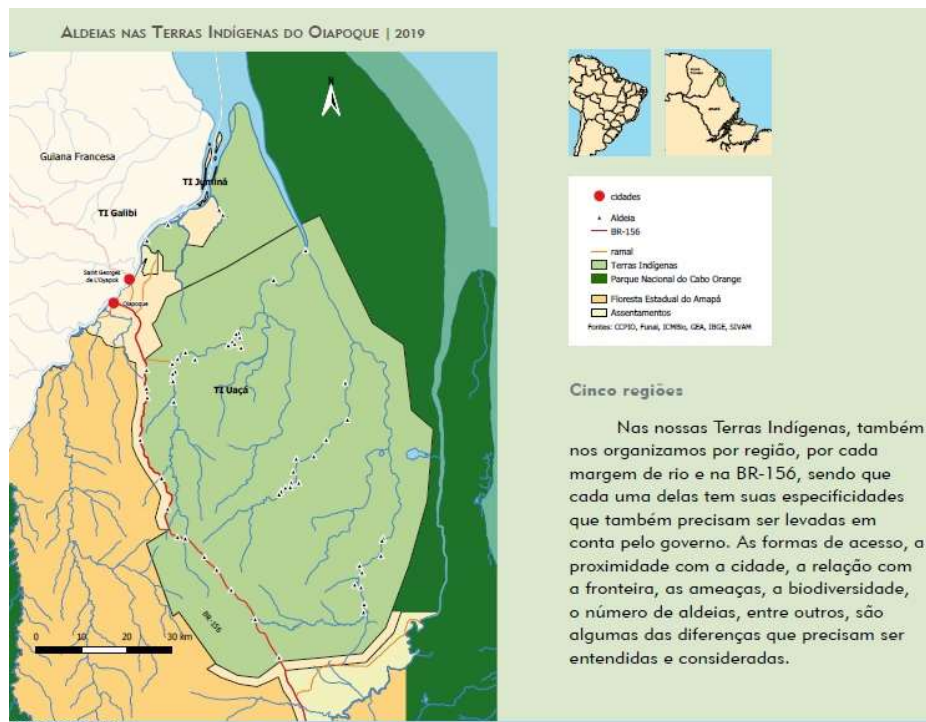


Figura 1: Mapa das Terras Indígenas Uaçá, Galibi e Juminã. Protocolo de consulta dos povos indígenas do Oiapoque, no prelo.

Grandes assembleias e processos decisórios coletivos

Desde os anos 1970, lideranças desses quatro povos indígenas se reúnem em grandes assembleias para a discussão e tomada de decisões sobre questões relacionadas ao território (processo de demarcação das TIs e acordos de gestão socioambiental), às políticas públicas relacionadas à saúde e educação e às prioridades e organização do movimento indígena regional e nacionalmente. Além de fortalecer a organização e acordos internos para a gestão compartilhada das TIs, o que não é simples considerando as diferenças entre os quatro povos², essas assembleias também contribuíram para a abertura e consolidação de um diálogo com o governo. Tanto nas esferas municipais e estaduais, quanto frente a representantes do governo federal (como Exército, DNIT, entre outros órgãos), os povos indígenas do Oiapoque têm sido legitimados como interlocutores diretos. Especialmente nos relatos indígenas sobre o processo de demarcação das Terras Indígenas, durante as oficinas do protocolo foi destacada a forma como o Exército acabou cedendo à decisão indígena de onde seria o limite da TI Uaçá, em plena ditadura militar.

² Entende-se aqui que a existência de processos decisórios coletivos não é dada naturalmente. Especialmente em um contexto em que quatro povos bastante diversos habitam um mesmo complexo territorial, observa-se que são realizados diferentes processos cotidianos de consolidação e produção dessa coletividade. A elaboração do Protocolo de Consulta, por exemplo, pode ser entendida como um desses processos de fortalecimento da coletividade entendida como “Povos indígenas do Oiapoque”.

O histórico das assembleias e de promoção de processos decisórios coletivos levou em 2009 a elaboração do Plano de Vida dos Povos Indígenas do Oiapoque, documento que registrou no papel as diretrizes e ações estratégicas desenhados pelos quatro povos em relação a 6 eixos temáticos: saúde, educação, produção e outras atividades, território e meio ambiente, cultura e movimento indígena. Esse documento foi apresentado ao governo e demais potenciais parceiros dos povos indígenas, demonstrando que a atuação desses órgãos deveria seguir as prioridades elencadas por eles nesse plano.

Em diálogo com a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial (PNGATI), que estava sendo elaborada na época, em 2012 foi publicado o Programa de Gestão Territorial e Ambiental dos Povos Indígenas do Oiapoque (PGTA), no qual foi aprofundada a discussão sobre os acordos relacionados a ocupação das TIs, as estratégias de proteção territorial, projetos potenciais de manejo e produção sustentável, assim como processos de formação, principalmente dos Agentes Ambientais Indígenas (AGAMIN), atores-chave na mobilização comunitária para a implementação do PGTA.

Complementando essas duas ferramentas de gestão socioambiental das TIs do Oiapoque, o Protocolo de Consulta surge como um terceiro documento que contribui para o fortalecimento dos processos coletivos de tomada de decisão e da própria coletividade “povos indígenas do Oiapoque”. A liderança Galibi Marworno e técnico indígena da FUNAI, Domingos Santa Rosa fez uma análise crítica da importância desse processo durante a primeira oficina em 2017, disse: “é preciso fortalecer as nossas bases e organizações indígenas e reforçar nossas normas internas (o PGTA e o Plano de Vida), evitando que a gente se destrua internamente enquanto dialoga com o governo”.

A elaboração do Protocolo de Consulta dos Povos Indígenas do Oiapoque

O processo de elaboração do protocolo de consulta dos povos indígenas do Oiapoque iniciou em 2017, com a primeira reunião realizada entre os dias 05 e 07 de dezembro, no Centro de Formação dos Povos Indígenas do Oiapoque (TI Uaçá), contando com a participação de representantes indígenas (caciques, mulheres, jovens, professores e agentes ambientais) das cinco regiões das Terras Indígenas Uaçá, Galibi e Juminã. A reunião teve como objetivo principal realizar uma introdução ao tema da consulta prévia, desenhar as diretrizes iniciais do protocolo de consulta dos povos do Oiapoque e definir o plano de trabalho para criação do documento ao longo do ano de 2018.

Neste primeiro encontro já foram tomadas duas decisões: a primeira foi que se faria um único protocolo para os quatro povos e três Terras Indígenas, seguindo e fortalecendo a

coletividade “povos indígenas do Oiapoque”. Mas a professora karipuna, Sonia Aniká, ressaltou durante a oficina: “O governo trata o índio como se fosse um povo só. Aqui mesmo nos tratam como iguais. Mas em Oiapoque, somos 4 povos indígenas, com línguas e culturas diferentes, e isso tem que ser levado em conta no nosso protocolo”.

Assim, a segunda decisão foi que para garantir que os diferentes povos e regiões fossem respeitados e fizessem suas contribuições específicas ao documento, o processo de elaboração do Protocolo deveria ser realizado através de oficinas nas cinco regiões do Oiapoque: Rio Oiapoque, Rio Curipi, Rio Uaçá, Rio Urukauá e BR156. Em um terceiro momento, então, seria realizada mais uma reunião geral, com a participação de representantes de todas as regiões, para o fechamento da versão final do documento, sistematizando as informações levantadas nas oficinas regionais, totalizando três etapas de trabalho.

Seguindo este planejamento, ao longo do ano de 2018 foram realizadas as cinco oficinas regionais³, com o objetivo de aprofundar e expandir o tema da consulta prévia e realizar o levantamento de informações e dados para comporem o documento final. Por fim, em dezembro de 2018, foi formada uma comissão de 14 indígenas dos quatro povos para a redação e revisão da versão final do protocolo, que foi apresentada e aprovada na Assembleia de Avaliação e Planejamento dos Povos e Organizações Indígenas do Oiapoque, no dia 22 de fevereiro de 2019, na Aldeia Kumarumã⁴.

Organização, tomada de decisão e o caminho da consulta

Durante as oficinas, os indígenas discutiram seus entendimentos e regras para um diálogo entre eles e o governo, respeitando suas formas próprias de organização, o caminho para a tomada de uma decisão, seus conhecimentos sobre o território, seu tempo para entender e decidir sobre alguma medida que possa lhes afetar. Nas cinco regiões, foram apresentadas descrições e ilustrações sobre essas especificidades, nas quais reforçaram a importância das decisões saírem das aldeias, com a participação ampliada da comunidade (jovens, mulheres, agentes ambientais, professores, conselheiros, pajés, etc), passarem pelas discussões regionais e então serem pactuadas entre os caciques no âmbito do Conselho.

³ A primeira oficina regional foi realizada entre os dias 27 a 29 de junho de 2018, na Aldeia Tukay (Região da BR156) e a segunda foi realizada nos dias 30 de junho e 01 de julho de 2018, na Aldeia Kunanã (Região do Rio Oiapoque), nos dias 27 e 28 de setembro de 2018, na Aldeia Kumarumã (Rio Uaçá), nos dias 30 de setembro, 01 e 02 de outubro de 2018, na Aldeia Kumenê (Rio Urukauá), e nos dias 08 e 09 de dezembro de 2018, na Aldeia Santa Isabel (Rio Curipi).

⁴ O cineasta indígena Davi Marworno trabalhou na elaboração de dois materiais audiovisuais sobre o protocolo, que podem ser acessados em: bit.ly/2YzgvX7.

Além disso, destacaram o quanto uma liderança sozinha não decide, mas que as decisões saem de um consenso do Conselho dos Caciques dos Povos Indígenas do Oiapoque (CCPIO), que reúne os caciques de todas as aldeias das três Terras Indígenas. Além do CCPIO, as organizações indígenas dos diferentes povos foram apontadas como interlocutores importantes em um processo de consulta, especialmente assessorando na intermediação entre as aldeias e o CCPIO. Em cada aldeia, o cacique e seus conselheiros são os responsáveis por repassar as informações para a comunidade e chegar até uma decisão, que pode inclusive ser a necessidade de mais informação e discussão.

Nos desenhos elaborados, as imagens apresentavam descrições bastante ilustrativas das ideias discutidas no processo: rios cujo fluxo da maré leva as informações para as comunidades e depois traz as decisões de volta para o CCPIO; povos indígenas e governo bebendo em uma mesma cuia de chibé, recuperando a confiança dos povos indígenas; uma árvore centenária, cujas raízes são as pessoas das comunidades, o tronco o CCPIO, os galhos as associações indígenas e os pássaros os parceiros; a cobra grande que engole todas as informações, mas que só digere aquilo que considera adequado, entre outras descrições visuais desses processos.

Foi destacada também a importância da FUNAI acompanhar todo o processo de uma consulta, garantindo as condições para que os povos indígenas entendam exatamente a medida que está sendo discutida e possam tomar sua decisão. Também apontaram o Ministério Público Federal como um ator importante para garantir esse diálogo adequado.

“Não repetir os erros do passado”

Há mais de três séculos, os povos indígenas que vivem na região do Oiapoque mantêm relações com os não indígenas, sejam elas relações de casamento, comércio, trocas, políticas, entre outros. Nos diferentes períodos históricos, essas relações assumiram contornos específicos: a disputa territorial para garantia da fronteira brasileira, o histórico de atuação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) na região, o processo de demarcação das Terras Indígenas, a presença da FUNAI, a construção da rodovia BR156, o diálogo com o governo estadual para a construção do Museu Kuahi, entre outros processos que colocaram os povos indígenas em diálogo com o Estado. Na conversa sobre a elaboração do protocolo, esse histórico foi imediatamente recordado.

Em todas as oficinas realizadas, na introdução do tema do direito dos povos indígenas à consulta prévia, livre, informada e de boa-fé, o histórico de (más) experiências em diálogos e acordos com o governo e empreendimentos já realizados e projetados para o Oiapoque apareceu de imediato. “Não repetir os erros do passado” foi uma das frases mais enfatizadas pelas

lideranças mais velhas que participaram das oficinas. Após discussões sobre as preocupações com as ameaças do entorno (empreendimentos como pequenas centrais hidrelétricas e prospecção de petróleo, o avanço do agronegócio, a pavimentação da BR156, entre outros) e o relato de diversas situações em que a falta de consulta adequada gerou grandes problemas nas Terras Indígenas do Oiapoque (construção de obras do governo nas aldeias, construção da rodovia BR156, entre outros), afirmou-se que o protocolo pode ajudar no diálogo com o governo e a lidar com as pressões do entorno. O jovem indígena Abilis Charles dos Santos, durante a oficina na Aldeia Tukay, apontou:

Fazer o protocolo de consulta é ter nossa autonomia e da nossa Terra Indígena. É pensar nos desafios que encontramos hoje: a BR156 que cortou a nossa Terra Indígena e muitos outros empreendimentos que a gente nem tem conhecimento que estão acontecendo. Vai ser importante conversar sobre isso para reconhecermos que temos esse direito e poder dizer como queremos ser consultados, explicar qual é a forma que queremos nossa consulta aqui no Oiapoque. E o governo tem que respeitar o nosso tempo de tomar uma decisão (Abilis Charles dos Santos, 2018).

O Protocolo de consulta, como fica explícito na afirmação de Abilis, passou a ser entendido como uma forma de formalizar as regras de um bom diálogo, de uma conversa respeitosa entre governo e povos indígenas, com a expectativa de evitar que essas más experiências passadas se repitam.

A experiência do Comitê Gestor do Programa Indígena da BR156 (COGEPI) foi um exemplo interessante da possibilidade de reconhecimento dos povos indígenas como interlocutores nos projetos que os afetam. A partir de uma reunião realizada na 6ª CCR/MPF em 2007 para tratar de encaminhamentos referentes aos impactos da pavimentação da rodovia BR156, que atravessa a TI Uaçá, ficou determinada a criação do COGEPI como uma esfera decisória paritária, com representantes dos órgãos públicos responsáveis pelo empreendimento à época (DNIT e SETRAP), da FUNAI e representantes dos povos indígenas de Oiapoque. Contudo, a atuação do COGEPI se restringiu aos primeiros anos de sua criação, sendo que atualmente tem dependido apenas do esforço dos povos indígenas, sendo que o governo não tem demonstrado o mesmo comprometimento.

No entendimento do significado da consulta, a professora Galibi Marworno Deuzimar dos Santos, apontou que a:

Consulta é uma maneira como queremos que o governo trabalhe conosco, que ele entenda e respeite nossos direitos e nossas opiniões. Que antes de qualquer empreendimento, ele venha primeiro conversar conosco, para saber como queremos que faça isso, se queremos ou não, e quais são os impactos que vão nos atingir aqui dentro da comunidade (Deuzimar dos Santos, 2018).

Nesse sentido, durante as oficinas foi discutida a diferenciação entre um processo de consulta e um processo de licenciamento, em que a decisão já está tomada e cabe apenas discutir sobre a compensação ou mitigação. No processo de consulta, conforme garantido pela Convenção 169, deve ser garantida a possibilidade de os indígenas mudarem o projeto, que suas decisões de fato sejam ouvidas e que não seja apenas um acordo sobre a compensação. No Oiapoque, essa discussão foi desafiadora, pois o histórico de projetos de desenvolvimento na região levava diretamente a entender a consulta na mesma chave que a elaboração de um Plano Básico Ambiental (PBA) ou a negociação de benefícios para as comunidades.

Relação com os “outros”

Outro tema que apareceu de forma significativa nas oficinas foi a diferença entre as formas indígenas e não indígenas de entender e vivenciar o território. Diversas vezes, foi destacada a importância do “*no sixtem*” (nosso sistema), definido como “a lei indígena que conhece nossa cultura e ajuda a entender como vivemos no nosso território” (Protocolo de consulta dos povos indígenas do Oiapoque, no prelo). Assim, foram descritas as regras de relação com os lugares e com os seres que vivem nele, os seres aquáticos, os animais terrestres, os pássaros e os *karuanas* ou *wapityebu*, *mayg abetyavu*, “seres invisíveis” ou os “donos” dos lugares. Destacaram que essa diferença precisava estar bem explicada no Protocolo, para que fosse entendida pelo governo no caso da discussão de “impactos ambientais”, por exemplo. Explicam no documento:

Todos os lugares, como rios, igarapés, ilhas, lagos, montanhas, cavernas e árvores, assim como animais, têm seus donos. Por isso, eles precisam ser respeitados. Alguns lugares do nosso território não podem sofrer qualquer tipo de impacto e, além disso, sempre pedimos permissão antes de visitá-los e respeitamos suas regras. Somos portavozes desses seres, visíveis e invisíveis, que habitam nossas terras e se relacionam entre si tanto no convívio cotidiano como ritual.

Algumas árvores, como arari, tauen, tawni, apukuriwá, têm seus espíritos que as protegem, para cortá-las é necessário que o pajé converse com o espírito para que ele autorize o corte. A árvore é defumada com o cigarro de tauari (conhecido também por laposigal ou gihim), feito pelo pajé. Se não for feito o corte da forma correta, a pessoa pode sofrer consequências graves. Estas plantas são muito importantes na medicina tradicional, fazem parte do nosso sistema. (Protocolo de consulta dos povos indígenas do Oiapoque, no prelo).

Durante o processo de elaboração do documento, foi sendo discutida a relação com os diferentes “outros” implicados em uma cosmopolítica cotidiana. Tanto na relação entre os quatro povos, que implica em uma série de procedimentos, reuniões, ritos e formalidades para a manutenção das “boas relações” dentro das três TIs. Na relação com os diferentes não indígenas também, como a relação com a população local no Oiapoque (que envolve

casamentos, pequenos trabalhos, conflitos territoriais, etc), como representante de instituições do governo (das diferentes esferas), também de instituições de ensino e pesquisa (como pesquisadores da universidade, etc), e organizações não governamentais. Cada um deles, prescrevendo normas e posturas específicas de organização e diálogo. E além desses, os “outros” não humanos foram descritos como sujeitos importantes de respeito e de cuidados para uma boa vivência no território. Conforme afirmou o agente ambiental indígena Sedrick Anicá dos Santos, analisando esse processo, em seu trabalho de conclusão de curso:

A ideia de incluir os kahuan no Protocolo de Consulta é fazer com que o governo e outras pessoas possam conhecer o nosso modo de vida, que é no sixtem (nosso jeito de viver) com a natureza como mãe e pai em uma relação de família, um depende do outro para sobreviver. Nessa relação, não só existem pessoas, animais, árvores, existem também os espíritos que fazem parte dessa família que nos orienta a fazer a gestão de nosso território e manter o equilíbrio das espécies, fortalecendo a cultura do povo Karipuna.

Esse foi dos motivos para colocar dentro do Protocolo de Consulta os kahuan, e outras formas de vida, também como sujeitos de direitos. Porque se vier acontecer algum impacto sobre nós, povos indígenas de Oiapoque, não só a gente será impactado, os espíritos também serão. Nós os consideramos seres vivos. Na nossa cultura, muitas pessoas se perguntam por que nós colocamos os kahuan no Protocolo de Consulta, mas sem eles não teríamos a proteção do nosso território.

Por exemplo, no rio Tietê, em São Paulo, também existia kahuan, assim como os rios das Terras Indígenas. Mas não é que ele era o proprietário do rio Tietê, mas o rio era a morada dele. Existe uma troca com a natureza, um cuida do outro. Os kahuan também eles cuidam do rio. Com esse modelo predatório de desenvolvimento, os grandes empreendimentos podem ter afastado ou mesmo matado esse kahuan do rio Tietê. O desenvolvimento acaba matando ou espantando os kahuan e levando consigo o bem mais precioso: uma água limpa, um ar puro. Com a morte do kahuan, acaba acontecendo um desequilíbrio da natureza, provocando grandes enchentes e até mudanças do clima. (SANTOS, 2019, p.12)

Desafios presentes e futuros

Na elaboração do protocolo, também foram aparecendo diferentes preocupações entre os indígenas, especialmente relacionadas a necessidade de fortalecer esses processos coletivos de tomada de decisão, evitando as cisões internas que muitas vezes são produzidas durante processos de diálogo com o governo. Especialmente frente a campanha e posterior eleição do novo governo, durante as oficinas o protocolo foi descrito também como “uma arma e um escudo” para ser usado frente às atuais ameaças aos direitos dos povos indígenas.

Se por um lado esses documentos acabam em certa medida por “objetificar” uma ideia de cultura a ponto de ser descrita e explicada para os brancos, por outro lado eles também geram descrições que transbordam o conceito, produzem coletividades e trazem explicações outras sobre a relação desses povos entre si e com o território (CARNEIRO DA CUNHA, 2009).

Considerações finais

A elaboração do Protocolo de consulta foi um dispositivo disparador de discussões entre os quatro povos indígenas sobre suas regras, suas formas de tomada de decisão coletiva, seus direitos específicos, seus modos de conhecer e viver no território e suas relações com o governo e demais instituições não-indígenas. Ao longo do processo, apareceram reflexões sobre o histórico de direitos violados na construção da rodovia BR156, nos projetos do SPI, e outros empreendimentos que os afetaram. Também levantaram questões sobre as ameaças atuais e os processos vigentes de licenciamento em que estão envolvidos e sobre as dificuldades de realmente serem ouvidos. A elaboração do Protocolo parece atualizar uma construção “povos indígenas do Oiapoque”, que marca o diálogo com os de “fora”, desde a demarcação das TIs e nos outros documentos coletivos, como o Plano de Vida e o PGTA. Além disso, explicitou as regras de relação com os “outros”, sejam eles representantes do governo ou karuanas.

Referências bibliográficas:

- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Cultura com aspas. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- CCPIO. Protocolo de consulta dos povos indígenas do Oiapoque, no prelo.
- GALLOIS, Dominique, GRUPIONI, Denise. Povos Indígenas no Amapá e Norte do Pará. São Paulo: Iepé, 2003.
- ROJAS GARZÓN, Biviany. Direito à consulta e consentimento de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. / Biviany Rojas Garzón, Erika M. Yamada, Rodrigo Oliveira. São Paulo: Rede de Cooperação Amazônica – RCA; Washington, DC: Due Process of Law Foundation, 2016.
- SANTOS, Sedrick. O pensamento do pajé com os *kahuan* para o plano de gestão das Terras Indígenas. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção do diploma de Técnico em Meio Ambiente. IFAP, Iepé, no prelo.
- VIDAL, Lux. Povos Indígenas do Baixo Oiapoque: o encontro das águas, o encruzo dos saberes e a arte de viver. 2 ed. Rio de Janeiro: Museu do Índio e Iepé, 2009.